

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Nitish Monebhurrin</i> .....	5
INTRODUÇÃO .....	25
<b>Capítulo 1</b>	
A POSSIBILIDADE DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À ÁGUA COMO CATEGORIA AUTÔNOMA.....	51
1.1 A ausência <i>a priori</i> da autonomização do direito humano à água como consequência da inexistência de padrões mínimos na garantia de acesso.....	51
1.1.1 A ausência de autonomização decorrente da inexistência de padrões mínimos devidamente fixados em instrumentos internacionais.....	52
1.1.2 A construção reflexa no ordenamento interno brasileiro observado pela falta de normativa vinculante para garantia do direito humano de acesso à água.....	66
1.2 Possibilidade do reconhecimento do direito humano de acesso à água como categoria autônoma pelo direcionamento hermenêutico dos textos legais.....	72
1.2.1 O Comentário Geral nº 15 do Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantindo a autonomia na tutela da água como direito humano .....	73
(i) <i>Uma autonomia do direito humano de acesso à água configurada por direcionamento interpretativo do Comitê das Nações Unidas</i> .....	74
(ii) <i>Uma autonomia do direito humano à água confirmada pela necessidade de delimitação dos parâmetros mínimos de efetividade do direito</i> .....	81
(iii) <i>Uma autonomia do direito humano à água limitada por resistência dos países-membros</i> .....	85
1.2.2 As resoluções da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas como instrumentos de reconhecimento do Direito Humano de acesso à água .....	87

## Capítulo 2

### A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À ÁGUA..... 97

#### 2.1 A construção não uniformizada do direito humano de acesso à água decorrente de uma desarticulação de normas no âmbito internacional ..... 98

##### 2.1.1 A construção heterogênea de proteção do direito humano de acesso à água no sistema europeu ..... 98

(i) *A principiologia aplicada à Convenção Europeia como forma de possibilidade de reconhecimento da autonomização do direito humano de acesso à água..... 99*

(ii) *O direito humano de acesso à água construído de forma heterogênea pela Corte Europeia de Direitos Humanos ..... 107*

##### 2.1.2 A construção progressiva de um direito humano de acesso à água por via reflexa da garantia de outros direitos humanos no sistema interamericano ..... 121

(i) *Do acesso à água nas comunidades vulneráveis como direito humano derivado..... 122*

(ii) *Do direito ao acesso à água de pessoas que estão cumprindo pena privativa de liberdade sob tutela do Estado como direito humano derivado..... 137*

##### 2.1.3 A autonomização do direito humano à água no sistema africano como avanço normativo ..... 145

(i) *O direito humano de acesso à água como derivado a outros direitos pelo posicionamento da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos ..... 147*

(ii) *A autonomia do direito humano à água assegurado pela Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança ..... 151*

(iii) *A segurança alimentar como principal justificativa para a proteção autônoma do direito humano de acesso à água na África com relação à vulnerabilidade das mulheres..... 153*

#### 2.2 A autonomização do direito humano de acesso à água no direito brasileiro como reflexo do processo internacional ..... 157

##### 2.2.1 A construção gradativa difusa de autonomização do direito de acesso à água nas normas no âmbito brasileiro ..... 159

2.2.2 O processo de autonomização do direito humano à alimentação adequada como direcionamento para um direito humano de acesso à água no direito brasileiro .....	168
2.2.3 A autonomização do direito humano de acesso à água por meio de emenda à Constituição da República Federativa do Brasil.....	177

### **Capítulo 3**

A DEFINIÇÃO DE PADRÕES MÍNIMOS PARA EFETIVIDADE DA AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À ÁGUA.....	185
--	-----

3.1 Fundamentação metodológica de fixação dos padrões mínimos para efetividade da autonomização .....	186
---	-----

3.2 A disponibilidade como critério garantidor do direito humano de acesso à água .....	193
---	-----

3.2.1 Cenário fático hídrico como pressuposto de existência de disponibilidade hídrica .....	194
--	-----

3.2.2 Gestão cooperada e integrada da água como garantia da disponibilidade .....	204
---	-----

3.3 A acessibilidade hídrica como padrão mínimo na garantia do direito humano de acesso à água.....	222
---	-----

3.3.1 A fixação do padrão de acessibilidade física à água de acordo com as formas de abastecimento .....	224
--	-----

3.3.2 A efetividade do direito humano de acesso à água através do padrão de acessibilidade econômica.....	235
---	-----

3.3.3 O acesso à informação como padrão mínimo inerente ao direito humano autônomo de acesso à água.....	238
--	-----

<i>(i) O acesso adequado às informações como padrão para efetividade do direito humano de acesso à água .....</i>	<i>239</i>
---	------------

<i>(ii) A mudança de consciência pública como instrumento de efetividade da acessibilidade na autonomização do direito humano de acesso à água .....</i>	<i>246</i>
--	------------

3.4 A viabilidade de um direito humano de acesso à água através de um padrão mínimo de quantidade e qualidade .....	257
---	-----

3.4.1 Da quantidade de água para o direito humano autônomo ....	258
---	-----

3.4.2 Da qualidade de água como garantia do direito humano de acesso à água .....	263
---	-----

CONCLUSÃO.....	273
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	285
------------------	-----